

Centro de Estudos Judiciários



JUSTIÇA FEDERAL
Conselho da Justiça Federal
Centro de Estudos Judiciários

Principais Normativos legais que dispõem sobre as atribuições do CEJ.

- ▶ Lei 11.798/2008
- ▶ Resolução CJF N. 83/2009

Competências do CEJ

Segundo o art. 8º da Lei 11.798/2008, compete ao CEJ:

- I – realizar e fomentar estudos, pesquisas, serviços editoriais e de informação, com vistas à modernização da Justiça Federal;
- II – planejar, coordenar e executar atividades de formação e aperfeiçoamento de magistrados e servidores, em articulação com as escolas de magistratura dos Tribunais Regionais Federais, segundo normas a serem editadas pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados;
- III – elaborar e encaminhar à Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados o Plano Nacional de Aperfeiçoamento e Pesquisa para os Juízes Federais.

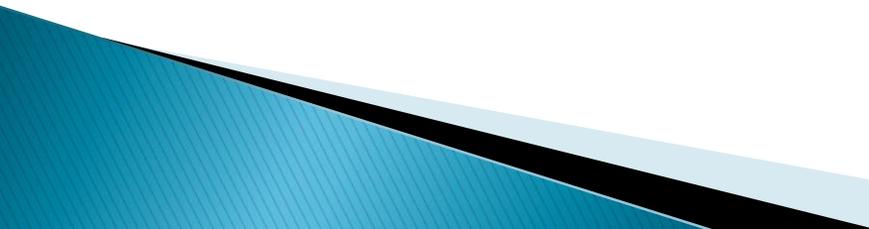
CEJ – Atividades Obrigatórias definidas na Lei 11.798/2008

- realização de, ao menos, uma atividade anual nas sedes dos Tribunais Regionais Federais.
- atividade de pesquisa: no mínimo 40% (quarenta por cento) dos gastos anuais com as atividades-fim do CEJ devem estar vinculados à área de pesquisa, conforme prioridades constantes de Plano Plurianual a ser aprovado pelo Conselho da Justiça Federal.

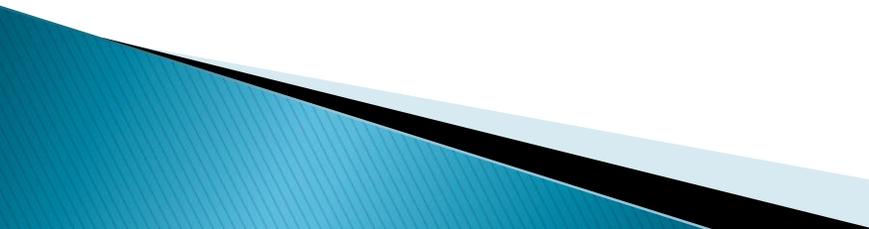
Outros normativos legais que regulamentam as atribuições do CEJ

- ▶ Resolução 536/2006 - Dispõe sobre o Programa Permanente de Capacitação dos servidores do Conselho e da Justiça Federal de Primeiro e Segundo graus - PNC.
- ▶ Resolução CNJ 46/2007 - Tabelas Processuais Unificadas.
- ▶ Resolução 67/2009 - Realização de concurso público para investidura no cargo de juiz federal substituto.

Continuação – outros normativos legais que regulamentam as atribuições do CEJ

- ▶ Recomendação CNJ 37/2011 – Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário – Proname.
 - ▶ Resolução 161/2011 – Dispõe sobre a utilização, no âmbito da Justiça Federal, das tabelas processuais unificadas do Poder Judiciário e sobre a composição e funcionamento do Comitê Gestor das Tabelas Processuais da JF – COGETAB.
 - ▶ Resolução 233/2013 – Dispõe sobre o Plano Nacional de Aperfeiçoamento e Pesquisa para Juízes Federais – PNA
 - ▶ Resolução 318/2014 – Dispõe sobre o Programa de Gestão Documental e Memória da Justiça Federal e dos seus instrumentos.
- 

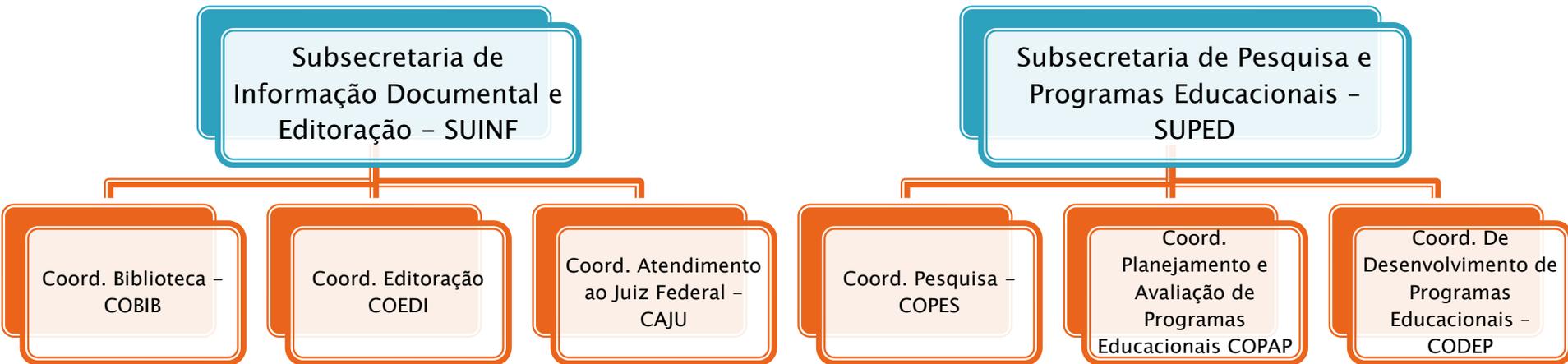
Conselho, Comitês, Grupos de Trabalho.

- ▶ CEMAF – Conselho das Escolas da Magistratura – 4 encontros anuais.
 - ▶ CTAP – Comitê Técnico de Aperfeiçoamento – reuniões alternadas com o CEMAF.
 - ▶ Comitê Técnico-Operativo de Capacitação – reuniões conforme a demanda.
 - ▶ Comissão Especial de Concurso.
 - ▶ COGETAB – Comitê Gestor das Tabelas Processuais da Justiça Federal.
 - ▶ COGED – Comitê de Gestão Documental da Justiça Federal.
 - ▶ PRONAME – Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário
- 

Estrutura do CEJ



Estrutura do CEJ



Atuação do CEJ



Atuação do CEJ



Atuação do CEJ



Plano Nacional de
Aperfeiçoamento

Plano Nacional de
Capacitação

Plano Anual de
Capacitação

Atuação do CEJ



Programa de Fomento à Pesquisa

Pesquisas em parceria com instituições especializadas

Subsídios à gestão para definição das políticas judiciárias

Atuação do CEJ



Atendimento ao Juiz
Federal

Editoração

Publicações
periódicas

Atuação do CEJ



Acervo Bibliográfico

Memória da Justiça
Federal

Gestão documental
na Justiça Federal